



CÂMARA TÉCNICA DE PLANOS (CTPLAN)
Ata da 48^a reunião, realizada em 16 de setembro de 2020

1 Em 16 de setembro de 2020, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Técnica de
2 Planos (CTPLAN) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), por meio
3 de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes membros
5 titulares e suplentes. Representantes do poder público estadual: Thiago Figueiredo
6 Santana, representante da SEMAD; Ivonice Maria da Rocha, da Secretaria de
7 Estado de Educação (SEE); Arnaldo Correia da Silva Filho e Gabriela Figueiredo
8 Lima, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede).
9 Representantes do poder público municipal: João Batista Alves de Souza, da
10 Prefeitura de Araçuaí; Frederico Arthur Souza Leite, da Prefeitura de Itabirito;
11 Antônio Carlos Vidal Barra, da Prefeitura de Rio Pomba. Representantes dos
12 usuários de recursos hídricos: Renato Junio Constâncio, da Companhia Energética
13 de Minas Gerais (Cemig); Deivid Lucas de Oliveira, da Federação das Indústrias do
14 Estado de Minas Gerais (Fiemg); Guilherme da Silva Oliveira, da Federação da
15 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg). Representantes da
16 sociedade civil: Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade Federal de Uberlândia
17 (UFU); Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e
18 Ambiental (Abes/MG); José de Castro Procópio, do Instituto Guaicuy - SOS Rio das
19 Velhas. **Assuntos em pauta.** 1) **ABERTURA.** O presidente Guilherme da Silva
20 Oliveira declarou aberta a 48^a reunião da Câmara Técnica de Planos. 2) **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Não houve manifestações. 3) **MINUTA**
21 **DE NORMA PARA EXAME E DELIBERAÇÃO.** 3.1) Substitutivo da Minuta de
22 Deliberação Normativa CERH-MG sobre a Modelagem Institucional Ótima para
23 o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Estado de Minas Gerais
24 que estabelece as Unidades Estratégicas de Gestão do Estado de Minas
25 Gerais. Processo SEI nº 2240.01.0000975/2019-82. Apresentação: Diretoria de
26 Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos
27 - DGAS/IGAM. Retorno de vista conjunto: SEE, Prefeitura de Araçuaí,
28 Prefeitura de Itabirito, Prefeitura de Rio Pomba, Fiemg, Abes e Guaicuy.
29 Aprovado por maioria o Substitutivo da Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG
30 sobre a Modelagem Institucional Ótima para o Sistema de Gerenciamento de
31 Recursos Hídricos no Estado de Minas Gerais que estabelece as Unidades
32 Estratégicas de Gestão do Estado de Minas Gerais, com alterações discutidas e
33 deliberadas nesta sessão, a saber: – Inclusão do artigo 4º, com a seguinte redação,
34 conforme proposta da Abes. “Art. 4º. As Circunscrições Hidrográficas previstas no
35 Anexo II irão orientar a estruturação e formação de Comitês de Bacias
36 Hidrográficas.” – Inclusão do artigo 5º, com a seguinte redação, conforme proposta
37

38 apresentada pela Abes. “Art. 5º. Em todas as normas e instrumentos de gestão onde
39 se lê ‘Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH)’, a partir
40 desta DN, leia-se ‘Circunscrição Hidrográfica’.” – Revogação da DN 06/2002,
41 conforme proposta apresentada pela Prefeitura de Itabirito; – Manutenção do artigo
42 7º da DN 04/2002, conforme proposta apresentada pela SEMAD. – Substituição, no
43 Anexo II, da nomenclatura “Bacias Hidrográficas” por “Circunscrições Hidrográficas”,
44 conforme proposta da Abes. – Correção de erro material apontado pela Abes no
45 Substitutivo de Minuta de Deliberação Normativa: onde é indicada que a Bacia
46 Hidrográfica do Rio Doce é composta por “cinco” bacias, leia-se “seis” bacias. Votos
47 favoráveis: SEMAD, Sede, SEE, Prefeitura de Araçuaí, Prefeitura de Itabirito,
48 Prefeitura de Rio Pomba, Cemig, Fiemp, Faemg, Abes e Guaicuy.” Voto contrário:
49 UFU. Declaração de voto contrário. Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Contrário
50 por desconhecer a redação final da proposta de minuta apresentada. Solicito o
51 registro em ata.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Eu solicito o registro em
52 ata de que a proposta foi apresentada a todos os conselheiros durante a reunião.” –
53 Aprovada ainda, por maioria, com voto de qualidade da Presidência, a seguinte
54 proposta apresentada pela UFU, com redação consolidada pela SEMAD: “As Bacias
55 Hidrográficas não contempladas nas Unidades Estratégicas de Gestão (UEG) do
56 Anexo I e nas Circunscrições Hidrográficas do Anexo II serão objeto de estudo para
57 integrarem as Unidades já instituídas nesta deliberação.” Votos favoráveis:
58 Prefeitura de Araçuaí, Faemg, UFU, Abes e Guaicuy. Votos contrários: SEMAD,
59 Sede, SEE, Cemig e Fiemp. Abstenções: Prefeitura de Itabirito e Prefeitura de Rio
60 Pomba. Declarações de votos e de abstenções. Conselheiro Thiago Figueiredo
61 Santana: “Eu votei contra porque a inclusão desses territórios altera hoje o território
62 de atuação dos Comitês de Bacia, visto que as Circunscrições Hidrográficas hoje
63 serão, na proposta, os territórios dos Comitês. Então causa uma insegurança
64 jurídica de complementação do território dos Comitês. Essa é a justificativa do meu
65 voto.” Conselheiro Arnaldo Correia da Silva Filho: “Contrário.” Conselheira Ivonice
66 Maria da Rocha: “Eu vou acompanhar os dois primeiros e ser contrária também.”
67 Conselheiro João Batista Alves de Souza: “Eu sou favorável. Eu acho que, por mais
68 que tenha alguma limitação jurídica, nós temos que buscar caminhos para isso. Não
69 deixar nenhuma de fora.” Conselheiro Frederico Arthur Souza Leite: “Eu vou me
70 abster desse voto, presidente.” Conselheiro Antônio Carlos Vidal Barra: “Eu me
71 abstenho desse voto porque não sei julgar se há competência jurídica para se fazer
72 isso ou não e a questão de futuro como é que se faz.” Conselheiro Renato Junio
73 Constâncio: “Manifestação contrária.” Conselheiro Deivid Lucas de Oliveira: “Contra,
74 conforme justificativas apresentadas pelo IGAM.” Presidente Guilherme da Silva
75 Oliveira: “Eu sou favorável à inclusão.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi:
76 “Favorável.” Conselheiro Valter Vilela Cunha: “Favorável.” Conselheiro José de
77 Castro Procópio: “Favorável. O problema jurídico equacionamos depois, mas
78 continuar o buraco não dá.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Então ficou
79 empatado: cinco a favor, cinco contra e duas abstenções. Como o voto do presidente
80 é o voto de minerva, fica aprovado pelo voto de minerva. Então aprovada a inclusão.”

81 **Pedido de retirada de pauta.** Preliminarmente à apresentação dos relatos de vista,
82 discussão e votação do Substitutivo da Minuta de Deliberação Normativa nesta
83 sessão, foi apresentado pedido de retirada de pauta pela Universidade Federal de
84 Uberlândia. Segue íntegra das manifestações e da decisão da Presidência de
85 manter o procedimento em pauta. Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Considerando
86 que houve um erro de procedimento, ocorrido durante o processo de votação da 45^a
87 reunião, ordinária, realizada em 14 de fevereiro de 2020, que motivou uma decisão
88 da SEMAD de controle de legalidade na 45^a reunião, ordinária, da Câmara Técnica,
89 que decidiu por anular a decisão proferida pela CTPLAN, do Conselho Estadual de
90 Recursos Hídricos de Minas Gerais, quanto ao julgamento do item 6.1, Minuta de
91 Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos sobre a
92 Modelagem Institucional Ótima para o Sistema de Gerenciamento de Recursos
93 Hídricos no Estado de Minas Gerais, em sua 45^a reunião, ordinária, que aprovou a
94 referida minuta com vício de representação para o fim de que outra decisão possa
95 ser tomada em seu lugar, com superação da matéria. Considerando que a Câmara
96 Técnica Institucional e Legal do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, em sua
97 93^a reunião, ordinária, realizada no dia 10 de agosto de 2020, baixou em diligência
98 para a CTPLAN a Minuta de Deliberação Normativa do Conselho Estadual de
99 Recursos Hídricos sobre a Modelagem Institucional Ótima para o Sistema de
100 Gerenciamento de Recursos Hídricos no Estado, que estabelece as Unidades
101 Estratégicas de Gestão do Estado de Minas Gerais, processo SEI nº
102 2240010009752019-82, por inclusão indevida de texto não aprovado pela Câmara
103 Técnica de Planos na referida deliberação. Considerando que na reunião da 47^a
104 reunião da CTPLAN, realizada em 19 de agosto de 2020, quando da análise do
105 substitutivo, ocorreram pedidos de vista de sete entidades que compõem a Câmara
106 Técnica de Planos – a Secretaria de Estado de Educação, Prefeitura de Araçuaí,
107 Prefeitura de Itabirito, Prefeitura de Rio Pomba, Federação das Indústrias do Estado
108 de Minas Gerais, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental e
109 Instituto Guaicuy –, o que no mínimo indica desconforto tomado pelos
110 encaminhamentos relacionados à proposta de Deliberação Normativa.
111 Considerando que no Anexo II da proposta da minuta apresentada pelo IGAM e que
112 nomeia as Circunscrições Hidrográficas do Estado de Minas Gerais não se
113 mencionam as Bacias Hidrográficas dos Rios Alcobaça ao Itanhaém, Buranhém,
114 Itabapoana, Itapemirim, Itaúnas, Jucuruçu e Peruíbe, todas com áreas no Estado, o
115 que aparentemente as colocariam em um limbo jurídico. Considerando que o
116 mesmo anexo altera o número de Circunscrições Hidrográficas de 36 para 10, sem
117 uma justificativa para essa medida nem esclarecimento sobre os efeitos dessa
118 decisão, como ocorre na Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Recursos
119 Hídricos nº 9/04, que define os usos insignificantes para Circunscrições
120 Hidrográficas no Estado de Minas Gerais, ou na página 142 do segundo volume do
121 Plano Estadual de Recursos Hídricos, onde se lê: ‘É importante ressaltar que cada
122 Comitê de Bacia tem a liberdade de decidir pela dispensa do pagamento da
123 cobrança de determinado setor usuário no contexto de sua circunscrição’. Ou no

124 artigo 7º da Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos nº
125 19, de 28 de junho de 2006, que traz: ‘Para o atendimento ao disposto no artigo 2º,
126 §1º desta Deliberação, o IGAM deverá avaliar, por meio de estudos técnicos,
127 econômicos, políticos e financeiros e com ampla participação dos Comitês de Bacia
128 Hidrográfica, a hipótese de integração das seguintes unidades ou Circunscrições
129 Hidrográficas: JQ1, JQ2, JQ3, PA1, MU1 e SM1, unidades caracterizadas por uma
130 região de grande escassez hídrica e baixo Índice de Desenvolvimento Humano; PS1
131 e PS2, representantes da parte mineira da Bacia do Paraíba do Sul; e PJ1,
132 representante das nascentes dos rio Piracicaba e Jundiaí. E ainda o disposto na
133 Constituição Estadual, em seus artigos 249 e 250, que tratam da política hídrica e
134 minerária do Estado de Minas, particularmente, o artigo 250, que fala: ‘Para
135 assegurar a efetividade do objeto do antigo artigo anterior, o poder público, por meio
136 do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e do Sistema
137 Estadual de Gerenciamento de Recursos Minerários, observará, entre outros, os
138 seguintes preceitos: I. adoção da bacia hidrográfica como base do gerenciamento e
139 da classificação dos recursos hídricos. §1º. Para execução do gerenciamento
140 previsto no inciso I, o Estado instituirá Circunscrições Hidrográficas integrantes do
141 Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos na forma da lei’.
142 Considerando ainda que, apesar do parecer de vista conjunto apresentado pelas
143 entidades Instituto Guaicuy, Prefeitura Municipal de Araçuaí, Prefeitura Municipal de
144 Rio Pomba, Prefeitura Municipal de Itabirito e Associação Brasileira de Engenharia
145 Sanitária e Ambiental, apresentar as seguintes ponderações: ‘Considerando que
146 sejam implantadas as Unidades Estratégicas de Gestão (UEGs), não está claro nem
147 definido como será a governança para quaisquer ações sem interferência na
148 autonomia dos Comitês nas suas Bacias Hidrográficas.’ Considerando também que
149 não foi debatido como será o processo em iniciativas para intervenção e
150 competência de gestão nas bacias das UEGs, é, portanto, necessário que se
151 explicitem os ritos de tramitação das decisões envolvendo às UEGs. Mas nem a
152 versão apresentada nesse parecer nem o substitutivo apresentado pelo IGAM
153 esclarecem as dúvidas exibidas. Solicito ao presidente da Câmara Técnica de
154 Planos, engenheiro agrônomo Guilherme da Silva Oliveira, a retirada do item 3.1,
155 Substitutivo da Minuta de Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Recursos
156 Hídricos de Minas Gerais sobre a Modelagem Institucional Ótima para o Sistema de
157 Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais, que estabelece
158 as Unidades Estratégicas de Gestão do Estado de Minas Gerais, processo SEI nº
159 224001000975/2019-82, para aprofundamento dos estudos e posterior
160 complementação da redação da minuta de Deliberação Normativa ou diretamente
161 por esta Câmara ou por Grupo de Trabalho específico. Sylvio Luiz Andreozzi,
162 representante das instituições de ensino e pesquisa do Estado de Minas Gerais,
163 pela Universidade Federal de Uberlândia.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira:
164 “Eu vou pedir um apoio da Secretaria porque, sinceramente, eu entendo que foi
165 muito discutido, inclusive, teve até pedido de vista, e acho que poderia ter sido
166 apresentada essa sugestão em algum pedido de vista, em outras vezes. E só agora

167 no final eu acho meio complicado. Então eu vou pedir um apoio jurídico da Secretaria
168 de como é o procedimento, se decido sozinho, se abro para discussão. Porque estou
169 achando complicado. Teve várias discussões, foi à Câmara, voltou, e nós estamos
170 chegando aqui à fase de pedido de vista. Então eu queria ver com a Secretaria como
171 deve ser o procedimento dessa solicitação." Thayná Campos/IGAM: "De acordo com
172 o Regimento, artigo 36, §4º, 'o presidente, mediante provocação ou de ofício,
173 decidirá sobre os pedidos de inversão ou retirada de pontos de pauta de que trata o
174 inciso V', que é apresentação de pedido de retirada de pauta. Então fica a cargo do
175 presidente a decisão sobre pedidos tanto de inversão de pauta quanto de retirada
176 de pontos de pauta da reunião." Presidente Guilherme da Silva Oliveira: "É uma
177 decisão difícil aqui para mim, mas no meu entendimento teve tempo para discussão,
178 até no pedido de vista, e eu acho que nós devemos tocar o procedimento aqui. Eu
179 acho que a retirada de pauta vai prejudicar o processo, que já foi discutido, já tem
180 pedido de vista." Conselheiro José de Castro Procópio: "Foi feito na reunião
181 passada, presidente. O Sylvio fez o pedido de vista, e não foi aceito." Conselheiro
182 Thiago Figueiredo Santana: "Foi feito em momento errado, por isso que não foi
183 apreciado." Presidente Guilherme da Silva Oliveira: "Eu entendo, acho que tem
184 considerações a fazer, como dessas bacias. Inclusive, eu sugeri na última reunião
185 a inclusão dessas bacias que tem parte dela, pequena porção, dentro do Estado.
186 Elas devem ser incluídas. Eu creio que a equipe do IGAM vai incluir as bacias. Mas
187 eu acho que não é o momento de retirada de pauta. Então eu vou dar continuidade
188 à reunião." Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: "Primeiro, a questão da
189 temporalidade. Na reunião passada, eu fiz um apelo para a retirada, mas, pela
190 ordem do Regimento, o meu pedido nem sequer foi apreciado. Então a questão da
191 temporalidade, se eu poderia ter apresentado antes ou depois, não se trata disso.
192 Eu não estou fazendo nenhuma manobra para atrasar processo, estou seguindo
193 aquilo que o Regimento pediu. Estou apresentando uma solicitação fundamentada
194 para retirada do processo. Por quê? Porque nenhuma dessas perguntas que eu
195 coloco estão respondidas na atual apresentação do processo. Então eu acho
196 temeroso, inclusive, em questão de responsabilidade, colocar para apreciação uma
197 matéria que não responde às questões que estão sendo colocadas por um
198 conselheiro e membro da Câmara Técnica." Presidente Guilherme da Silva Oliveira:
199 "A questão da ordem, isso nós sabemos nas Câmaras, tem o momento. A partir do
200 momento que entra em votação ou é colocado, se perdeu o tempo, isso já aconteceu
201 várias vezes com diversos conselheiros. Tem o momento exato de se fazer o pedido,
202 de se fazer a solicitação. Passado esse momento, a questão já foi discutida, já
203 passou o tempo de discussão, não vale mais. Então foi o que aconteceu na reunião
204 passada. Isso já aconteceu com diversos conselheiros, inclusive, comigo. Se você
205 perdeu o tempo de discussão, as decisões tomadas não voltam atrás. É uma
206 questão que tem. Mas vamos continuar a discussão." Conselheiro José de Castro
207 Procópio: "Eu fico muito assustado que a parte regimental cubra, inclusive, a parte
208 da lucidez. Quando se propõe uma unidade de planejamento para facilitar a gestão
209 do Estado, não estamos de acordo, hora nenhuma, desde o início, com a forma

210 como vem sendo conduzido todo o processo. Se não tivesse dúvida, não teria tantos
211 questionamentos, tantos pedidos de vista, pedido de retirada de pauta, que foi feito,
212 sugerido várias vezes, porque achávamos que seria lúcido, seria a posição mais
213 agradável para todos, inclusive, para poder facilitar essa gestão futura. Nós estamos
214 falando de 36 Comitês de Bacias, que estão incomodados com os processos. Eu
215 acredito que o procedimento está sendo conduzido de uma forma muito
216 tempestuosa e conflitante. Se não há clareza, não há entendimento. Eu concordo
217 com o Sylvio, as respostas de que ele faz questionamento são a dúvida que todo
218 mundo tem. Isso não está claro. Muitas vezes foi dito 'não precisam se preocupar,
219 Comitês, nós não estamos acabando com vocês', mas essa é a leitura que os
220 Comitês estão fazendo. Então não se está comunicando com a base. Um acordo foi
221 firmado, um acordo foi feito e aprovado na Câmara, na reunião anterior da CTPLAN,
222 na última reunião. Vai para a CTIL, e continua o problema. E aparece mais uma
223 nova modificação na lei que nunca foi discutida em mais de um ano de reunião.
224 Então é um objeto estranho ao debate que foi conduzido. Eu sou de acordo com a
225 proposta do Sylvio, acho que ele tem razão. Na vez passada, isso foi discutido várias
226 vezes, foi pedido que se fizesse articulação para se poder chegar a esse
227 entendimento. Eu acho que é muito mais que uma questão de Câmara, é uma
228 questão de realidade das águas na bacia, realidade de dificuldade de gestão de
229 recursos hídricos. Precisamos alinhar e chegar a um acordo que reflita, na realidade,
230 em melhoria e fique claro para a população e para os entes envolvidos o objetivo
231 dessa DN e o objetivo que se pretende, enquanto Estado, para fazer a gestão melhor
232 desse processo. Eu sugiro que a proposta do Sylvio pelo menos seja colocada em
233 votação entre os membros presentes na Câmara. Pelo menos isso eu acho que
234 seria justo. Ou seja, que o pedido de baixa em diligência entre em votação."

235 Conselheiro Valter Vilela Cunha: "Eu acho, Guilherme, que você mesmo, quando
236 fez a sua, mostrou a necessidade de alguma complementação nessa DN. Nós
237 temos que decidir, se for para votar, temos que votar a minuta completa. Então eu
238 concordo com a proposta do Procópio para que seja colocado em votação para os
239 membros desta Câmara se se retira ou não. Aí eu acho que é mais democrático."

240 Marília Carvalho de Melo/IGAM: "Eu ouvi, com muito cuidado, as ponderações e os
241 argumentos do professor Sylvio, conselheiro Sylvio, sobre a proposta que está
242 colocada. Mas acho que, antes de qualquer coisa, é bom voltarmos a alguns
243 esclarecimentos e também buscarmos falar de uma maneira muito clara: me parece
244 que nós temos um problema de comunicação e entendimento neste processo.
245 Inicialmente, falar sobre atropelo ou um processo célere, sem discussão, isso não é
246 verdade. Este processo iniciou nesta Câmara Técnica em 21 de maio de 2019. Nós
247 estamos falando em um ano e meio de discussão e debate no âmbito deste
248 Conselho. Além disso, nós fizemos diversas reuniões com os Comitês de Bacia
249 Hidrográfica representados pelo Fórum, reuniões com o grupo coordenador do
250 Fórum e um workshop no Crea, com a participação de todos os Comitês de Bacia
251 Hidrográfica do Estado, que foram convidados para discutir. A Deliberação que
252 estava na CTIL e retornou a esta Câmara era uma Deliberação de consenso,

inclusive, construída com o coordenador geral do Fórum de Comitês do Estado de Minas Gerais. O que, de fato, Procópio, aconteceu? Talvez seja um dos problemas da comunicação, e aí, do lado do Estado, nós não temos nenhum tipo de problema em admitir erros de comunicação. Mas nós sempre fazemos a comunicação de maneira clara e estamos aqui, como eu estive na última reunião da CTPLAN e estive na CTIL com essa mesma fala. Houve entendimento jurídico e não institucional, técnico, de que não deveriam existir duas unidades de planejamento, que isso poderia ensejar sobreposição de atribuições de unidades territoriais. E aí houve então a indicação da Procuradoria pela revogação da Deliberação Normativa que cria as UPGRHs. Isso gerou, de fato, um desconforto, absolutamente compreendido pelo IGAM, tanto é que nós fomos à CTIL propor um substitutivo e propusemos que retornasse esse substitutivo a esta Câmara, substitutivo esse elaborado pelo IGAM. Por quê? As UPGRHs, na verdade, as delimitações, SF1, SF2, todas elas, as 36, são a mesmas sendo mantidas. Eu não entendi, de fato, a sua colocação de que 36 viraram dez, porque não é isso que está no substitutivo. O que nós fizemos foi exatamente pegar a mesma divisão que hoje tem na UPGRH, que já deixa fora essas bacias que você menciona. Então isso não é fato novo, nós simplesmente pegamos o que estava na UPGRH, nomeamos de 'Circunscrição Hídrica', que é um termo – como você leu nos seus considerandos para pedido de retirada de pauta – que a nossa Constituição do Estado traz. O Valter conhece bem isso, o Sérgio Menin, todos eles que participaram da construção do Sistema de Gerenciamento no Estado. Então nós puxamos esse termo da nossa Constituição para designar a mesma divisão que hoje nós temos nas Unidades de Planejamento e Gestão. A grande questão que está posta – e aí me parece que é o erro de comunicação que se tem por outra parte, e não pela parte do Estado – é criar expectativa ou a informação de que isso tem algum tipo de relação com competência, com criação ou com extinção de Comitês de Bacia Hidrográfica. Esse não é o propósito do governo do Estado de Minas Gerais. Eu falo aqui porque esse assunto já foi discutido diversas vezes com o secretário Germano e o governador do Estado de Minas Gerais. Pelo contrário, o que o governador tem feito e o que o governo tem feito é buscado – apesar de todas as dificuldades que nós temos, financeiras, o que não é nenhum tipo de segredo para ninguém, porque está nas mídias, nós estamos no meio de uma pandemia, numa condição absolutamente crítica – manter o Sistema de pé. Todos os Comitês de Bacia Hidrográfica têm a sua secretaria. Os diretores do IGAM não têm secretaria, a não ser a secretaria que está apoiando o Gabinete – eu já falei sobre isso. Não faltou diária, em nenhum momento, para participação de membros de Comitês em reunião. Então não há movimento do Estado de desmobilização dos Comitês de Bacia Hidrográfica, isso não é verdade. Então eu acho que é muito bom deixar isso claro porque, de fato, o Estado, se quisesse, faria de outra forma, faria com decreto, porque quem cria Comitê é o governador do Estado, nem é o Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Isso nunca foi nem sequer cogitado. Faria tirando recurso para participação de membros de Comitê, porque muitas vezes não temos diárias na vistoria dos nossos técnicos.

296 E não fizemos isso, mantivemos, apesar de todas as dificuldades financeiras e
297 econômicas do Estado de Minas Gerais, o que não é segredo para ninguém. O
298 funcionalismo público recebe o seu salário em parcelas há quanto tempo? E nunca
299 faltou diária para Comitê de Bacia Hidrográfica. Nenhum Comitê de Bacia
300 Hidrográfica deixou de realizar a sua reunião por falta de apoio do Estado. Então
301 isso é bom que seja muito claro a todos vocês conselheiros. Porque o nosso erro de
302 comunicação nós admitimos, mas uma comunicação baseada em fatos inverídicos,
303 isso nós não vamos admitir. Então isso é a primeira coisa que eu acho que nós
304 temos que, de fato, esclarecer para que possamos prosseguir ou não. Isso é uma
305 decisão desta Câmara, não é uma decisão do IGAM, é do presidente, e ele abre
306 aqui para discussão se assunto será tirado de pauta. Agora, a partir dessa
307 contextualização, eu quero voltar à minuta. As UEGs, como todos os conselheiros
308 sabem – porque, de fato, já tem um ano e meio que nós estamos discutindo esse
309 assunto – é uma base territorial de gestão proposta no nosso Plano Estadual de
310 Recursos Hídricos, aprovado em 2010, que, de fato, há uma implementação tardia.
311 Mas há uma tentativa de implementação pelo órgão gestor, que tem competência
312 de fazer cumprir as diretrizes que vêm deste Conselho. O Plano Estadual foi
313 aprovado por este Conselho, então foi nesse sentido que nós começamos a
314 repensar. Em relação ao modus operandi do que a UEG se trata, professor Sylvio,
315 isso já foi aprovado por esta Câmara e está lá muito claro: para fins de planejamento,
316 de aplicação dos instrumentos, de critérios de outorga, de enquadramento. Está lá,
317 da mesma forma que saiu desta Câmara aprovado permanece. O único fato novo
318 que apareceu, por erro de comunicação nosso, do IGAM, foi a orientação jurídica
319 que nós tivemos que incluir ao final. E por isso buscamos acertá-la, trazendo de
320 onde eu parei: antes da contextualização do enfraquecimento ou de alguma
321 intenção velada do Estado de acabar com Comitês de Bacia Hidrográfica, nós
322 trouxemos a Constituição do Estado, porque nós entendemos, de fato, que há uma
323 identidade dos Comitês com os nomes SF1, GD5... Então há essa identidade. A
324 dona Alice, inclusive, combate muito essa identidade, ‘vamos parar de falar ‘GD’ e
325 vamos falar o nome do rio, vamos parar de falar ‘SF’ e vamos falar o nome do rio’.
326 Mas, de fato, hoje existe essa identidade. Sobre a criação de Comitês de Bacia
327 Hidrográfica, a 13.199 é muito clara: os Comitês se criaram em torno das UPGRHs,
328 mas, se houvesse vontade política e executiva do Executivo Estadual, outros
329 Comitês poderiam ser criados para além das UPGRHs. O artigo 35 da 13.199 é
330 absolutamente claro. E aí, professor Sylvio, o senhor sabe tão bem quanto vários
331 membros aqui que bacia hidrográfica tem qualquer dimensão, tem a dimensão do
332 São Francisco, a dimensão do Velhas, a dimensão do Maracujá ou tem a dimensão
333 de um corregozinho que passa na esquina da nossa casa. Então a bacia hidrográfica
334 tem qualquer dimensão. E o que a 13.199 remete para formação dos Comitês de
335 Bacia Hidrográfica é a bacia hidrográfica, não é UPGRH, não é UEG, não é o
336 Estado. É bacia hidrográfica. Então eu quis fazer essa fala para deixar muito clara
337 qual é a posição do Estado. Não há intenção de acabar com Comitê de Bacia
338 Hidrográfica, é um discurso político que não existe e que tem sido usado de uma

339 forma, a meu ver, não leal a toda a construção coletiva que nós fizemos e que a
340 nossa história à frente do IGAM mostra. Nós nunca deixamos de cumprir
341 compromissos assumidos, todos os compromissos que assumi publicamente eu
342 cumprí, e aqueles que não tenho condição de assumir eu não assumo. Então eu
343 queria voltar aqui e dizer isso muito claramente, porque, se, de fato, nós admitimos
344 um erro de comunicação, um erro de comunicação baseado em fatos não reais
345 também deve ser admitido. Não é isso que está em jogo aqui nesta Câmara, não
346 são as UPGRHs, não é isso que está em jogo, é uma construção em cima de uma
347 inverdade, porque não há propósito algum do governo do Estado, deste governo do
348 Estado, de desmobilizar Comitê de Bacia Hidrográfica. Não há mesmo. Então essa
349 fala, Guilherme, eu achava que era muito importante, porque, de fato, é um processo
350 que se alonga, estamos já há um ano e meio de discussão. O IGAM hora nenhuma
351 tentou atropelar o processo de alguma forma, estamos aqui discutindo sempre de
352 uma forma aberta, sempre presentes. Em determinado momento, o Thiago me pediu
353 que viesse participar. Então nas últimas reuniões eu estou aqui também para trazer
354 uma fala mais institucional, apesar de que a fala do Thiago também é institucional.
355 Ele fala aqui em meu nome, em nome do secretário, em nome do governador, mas
356 a minha presença aqui é para que – conforme a decisão desta Câmara, que nós
357 absolutamente respeitamos, um espaço democrático de construção da Política de
358 Recursos Hídricos neste Estado – a gente esclareça, de fato, de uma vez por todas,
359 a comunicação que ocorre de uma maneira que eu acredito não ser a correta. Eu
360 vou ficar até o final da reunião e permaneço à inteira disposição dos conselheiros
361 para qualquer outra dúvida.” Conselheiro João Batista Alves de Souza: “Eu vou ser
362 breve, até porque os companheiros já colocaram na linha de pensamento tudo que
363 eu estava com dúvida e que gostaria de esclarecimentos e vou fazer alguma
364 consideração. Mas concordando, em parte, com o que disse o Procópio e também
365 o que disse o Sylvio, eu não sei se se é retirada do ponto da pauta, da discussão, mas
366 o certo para mim é que esse ponto precisa de um aprofundamento maior, essas
367 propostas de revogação das DNs colocadas pelo IGAM, sobretudo no que diz
368 respeito ao impacto para os Comitês. Eu acredito que isso precisa de um diálogo
369 maior, de uma comunicação maior, sobretudo com a sociedade civil, que deveria
370 estar fazendo parte, de forma mais aprofundada, desse diálogo. Como a Marília
371 colocou, se é a proposta do governo a não extinção dos Comitês, também isso
372 precisa ficar mais claro, nós precisamos ter uma segurança quanto a isso. Eu não
373 estou dizendo aqui em relação aos membros que representam o governo se têm
374 essa intenção ou essa falta de comunicação, como ela mesma disse, se é
375 intencional ou não. Não estou dizendo, acredito que não seja intencional essa falta
376 de comunicação. Mas, analisando o perfil do governo do Estado de Minas Gerais,
377 nós temos, sim, que buscar essa necessidade de aprofundamento, de maior clareza.
378 Porque nós percebemos que tem um governo que quer privatizar tudo, todas as
379 áreas, quem sabe até as águas, os recursos hídricos. A questão da autonomia,
380 sobretudo para a sociedade civil, isso é muito frágil neste governo. E também aquela
381 roupagem de descentralização, mas na verdade, às vezes, vem com a roupagem

382 de centralização. Então tem alguns perfis, algumas características que nos levam a
383 desconfiar mesmo e necessitar desse aprofundamento maior antes de tomarmos as
384 decisões. Mas, se é retirando o ponto da pauta ou não, o que eu quero deixar aqui
385 é que nós precisamos desse aprofundamento maior sobre essas propostas de
386 revogação que foram colocadas, que nós vimos no parecer, no relatório de vista.”
387 Thayná Campos/IGAM: “Senhor presidente, eu só queria deixar claro porque teve
388 um pedido para colocar em votação a retirada de pauta, mas, de acordo com o
389 Regimento, a decisão é do presidente. Eu só queria deixar isso claro mesmo da
390 questão do Regimento.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Eu me dirigi a você,
391 Guilherme, pelo seguinte. Eu apresentei, da maneira que o Regimento faz o
392 encaminhamento, listei algumas, mas existem outras motivações. Eu fundamentalmente
393 meu pedido de retirada de pauta. E acho que a confusão e essa falha de
394 comunicação não são da minha parte, porque em momento algum eu falei de
395 intenção ou de suposta intenção do governo de acabar com Comitês de Bacia. Então
396 considero essa fala da Marília direcionada a outras pessoas, e, por consequência,
397 ela não esclarece as questões que eu coloquei. Então o erro de comunicação não é
398 da minha parte. Eu não estou pedindo o fim da minuta, eu estou afirmado que
399 existem muitos pontos ainda não esclarecidos a respeito da estrutura da minuta, da
400 fundamentação dessas modificações e dos efeitos que essas modificações
401 causarão no Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Estado. E eu só
402 quero esclarecimento – e tenho o direito de fazê-lo em qualquer momento do
403 processo – para saber se aquilo que está sendo apresentado vai contar com o meu
404 voto, se ele é consciente ou não. Eu também não aleguei, em momento algum, a
405 questão de tempo, se estava atropelando. Eu não tenho essa declaração, eu não
406 uso esse argumento nem mesmo o argumento da proibição, porque segui o
407 Regimento, da solicitação que eu faria na reunião anterior. Então o erro de
408 comunicação não é da minha parte, eu sei exatamente o que estou fazendo.
409 Acontece que existem efeitos, ainda não esclarecidos, sobre esse texto da minuta
410 que é apresentado. Sobre uma dúvida que foi colocada pela diretora do IGAM, a
411 Marília, nesse momento, é porque lá no Anexo II da proposta apresentada pelo
412 IGAM constam dez Circunscrições Hidrográficas, o que modifica o número anterior.
413 Não eram dez Circunscrições Hidrográficas. Então isso é fato novo, é um rearranjo.
414 E para provar isso, se houver a necessidade de provar, basta observarmos o mapa
415 que é apresentado pelo IGAM, na sua página, quanto ao efeito – se não me falha a
416 memória – da DN 19, de 28 de junho de 2006. Então tem modificação em número.
417 Em momento algum – e talvez esse seja o erro de comunicação, senhora diretora –
418 , foi trazido a esta Câmara Técnica – e me desculpe se a minha memória me traír –
419 que ocorreria uma modificação no número de Circunscrições Hidrográficas. Então
420 está tendo erro de comunicação, e esses erros de comunicação são acumulativos.
421 O que eu estou solicitando é para o bem da razoabilidade, isso é um dos
422 fundamentos da administração pública: que nós possamos discutir todos os efeitos.
423 Em momento algum – o Thiago, representante do IGAM, é testemunha disso –, eu
424 me coloquei contrário à possibilidade de reorganização, de um rearranjo no sentido

425 de favorecer o Estado, como um todo, não o governo, mas o Estado, no sentido de
426 favorecer a melhoria das condições da administração dos recursos hídricos em
427 Minas Gerais. Então eu acho que existem erros de comunicação, sim. E peço
428 novamente, não há necessidade de se jogar na defensiva comigo, estou sendo
429 bastante claro e transparente no que estou dizendo. Existem pontos não
430 esclarecidos diretamente relacionados a esta DN. O que eu solicito é que se
431 esclareçam todos esses pontos e que esses pontos esclarecidos constem de
432 maneira clara nesta DN que deve ser aprovada por esta Câmara Técnica.”
433 Conselheiro Deivid Lucas de Oliveira: “A minha fala – boa parte dela – foi
434 contemplada pela fala da Marília, mas eu fui fazer uma reflexão e prender todos os
435 lados. E trabalhar com Comitê é engraçado porque é algo viciante. Quem trabalha
436 com Comitê de Bacia sabe disso. E aí quando falamos em questão de comunicação
437 é até difícil explicar para a sociedade, para as pessoas próximas, qual o tipo de
438 prática que o Comitê executa. Porque temos um amor, um envolvimento muito
439 grande com o Comitê de Bacia que representamos. E nesse tempo todo de
440 discussão, como a Marília colocou, um ano e meio de discussão, eu procurei ouvir
441 várias opiniões em relação à proposta de modelagem. E aí o que me preocupa é
442 que em nenhum momento foi colocado que haveria uma redução de Comitê de
443 Bacia. Inclusive, a matéria que está sendo colocada hoje é até mais jurídica do que
444 técnica, porque está alterando base legal. Eu estou querendo só fazer uma
445 introdução do que já discutimos nesse um ano e meio de discussão. E ficamos nessa
446 preocupação se vai reduzir o número de Comitês, se não vai reduzir. Eu tenho uma
447 opinião muito clara e sou muito franco em relação a isso, de que vai chegar o
448 momento que vai precisar melhorar o sistema. Primeiro, nós sabemos da dificuldade
449 do próprio Estado de acompanhar todos os Comitês, são 36 Comitês. Houve até
450 representantes de outros Estados, e eles colocam ‘no Rio de Janeiro são nove, aqui
451 são 36’, apesar de que aqui o Estado é bem maior. Mas é difícil de acompanhar.
452 Tem semana que tem profissional da Fiemg que viaja 3 ou 4 horas para uma
453 reunião, reuniões em sequência, e às vezes a reunião não pôde ter quórum. E até
454 para colocar isso em termos de resultados fica complicado. Fica quatro anos
455 discutindo as coisas dentro do Comitê de Bacia e tem dificuldade de relatar o que
456 foi definido pelo Comitê de Bacia. E aí me preocupa, porque temos a oportunidade,
457 quando pegamos essa questão da modelagem, de realmente executar os
458 instrumentos da Política Estadual. ‘Vamos reduzir’, em nenhum momento foi
459 colocado isso. Eu me lembro muito bem da primeira apresentação do IGAM nesta
460 Câmara. Há bacias muito grandes, problemas pontuais dentro do Estado, uma
461 oportunidade de se poder fazer a modelagem. Para mim está muito claro o que foi
462 discutido, eu participei de reuniões. Talvez a maneira que tenha sido colocada – a
463 própria Marília colocou isso bem – tenha assustado representantes de Comitês. Mas
464 estão claras as alterações. Então nós temos que fazer de uma forma para trabalhar
465 juntos. Se essa oportunidade de fazer a modelagem melhorar a gestão de recursos
466 hídricos, melhorar o sistema no Estado de Minas Gerais, então vamos apostar nisso.
467 E é o órgão que vai dar suporte para nós, não adianta irmos para o embate. Eu vejo

468 dessa forma. E com as colocações do professor Sylvio eu entendo muito bem que
469 ele está no direito dele de conselheiro. Ele fez a sua colocação, e agora cabe ao
470 presidente retirar de pauta ou não. E como representante da Fiemg na CTPLAN eu
471 acredito que tenho condições de continuar a discussão da matéria sobre o tema
472 proposto em relação ao substitutivo.” Conselheiro Frederico Arthur Souza Leite:
473 “Não sei se todos têm conhecimento, eu faço parte deste Conselho enquanto
474 representante da Prefeitura Municipal de Itabirito, e em agosto de 2019 o município
475 teve uma eleição atemporal. Então nós assumimos esse cargo de secretário de
476 Meio Ambiente em setembro de 2019. Portanto, inicialmente, eu não fiz parte no
477 início desses debates que aconteceram, como já foi falado aqui, desde o primeiro
478 semestre do ano passado. Então nós tivemos que nos inteirar de todas as
479 discussões que foram desenvolvidas no primeiro semestre. E aí eu agradeço muito
480 a fala da Marília nesta reunião de hoje, que foi extremamente esclarecedor para
481 dirimir esses possíveis erros – vamos chamar de ruídos de comunicação. E o que
482 acontece? No parecer que nós apresentamos, do pedido de vista, tem uma questão
483 que é a intenção do artigo 4º da minuta, que determina que fica revogado o artigo
484 7º da Deliberação Normativa CERH nº 4/2002, que fala exatamente que ‘a criação
485 dos Comitês se dará conforme as Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos
486 Hídricos, formalmente aprovados pelo Conselho Estadual’. Então, talvez, se a
487 minuta fosse mais clara nesse sentido de que o fato de extinguir as UPGRHs não
488 necessariamente afeta os Comitês, eu acho que resolvemos muito essa discussão
489 aqui. Porque o que está tendo é esse receio de extinção de Comitês, e esse artigo
490 7º fala exatamente isso, que ‘a criação do Comitê se dará conforme as Unidades de
491 Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos.’ Então se deixarmos claro que as
492 Circunscrições Hídricas vão determinar a criação de Comitês, ou o que a Marília
493 falou, que a criação de um Comitê pode acontecer em paralelo às UPGRHs, se
494 nivelarmos essa discussão, resolveremos muito o que está sendo debatido aqui.
495 Essa segurança para os Comitês vai muito em função disso, da extinção do artigo
496 7º dessa legislação. E é claro que entendemos que é necessário discutir novos
497 modelos, observar novas governanças de bacias que existem no Brasil e em outros
498 países. Eu sou favorável a essa discussão, a esse debate, desde que a população
499 continue a ser ouvida nos Comitês. E estamos tendo essa segurança aqui agora. O
500 IGAM está falando isso, o presidente está falando isso. O fato de deliberarmos a
501 criação das UEGs por essa DN não, necessariamente, vai afetar a manutenção dos
502 Comitês. Então eu acho que os conselheiros precisam dessa segurança para que
503 possamos avançar na matéria.” Conselheiro Thiago Figueiredo Santana: “Primeiro,
504 fazer alguns esclarecimentos. Ao longo deste debate na CTPLAN, nas reuniões com
505 o Fórum Mineiro, no nosso evento no Crea, onde vocês foram convidados, os
506 Comitês de Bacia, nós pudemos deixar claro que não haverá uma nova instituição
507 gestora da UEG. A UEG é um território de planejamento para aplicação, desde que
508 realizada a partir de critérios regionalizados, observadas as especificidades locais,
509 dos instrumentos de gestão. Essa norma que está proposta não altera em nada as
510 competências das instituições. Mesmo esses critérios definidos pelo Comitê de

511 Bacia, que são critérios específicos, os Comitês de Bacia, a seu tempo e a suas
512 discussões, os implementarão, sobre o Plano, sobre o enquadramento, sobre as
513 pactuações. Hoje nós já temos inovado sobre isso, propositivamente, o IGAM – tanto
514 que vai ser nosso ponto de pauta –, na questão da outorga coletiva. A ANA já tem
515 se movimentado sobre isso nos MOPs, nos Planos de Bacia. Porque, conforme a
516 apresentação que o Allan fez e será objeto de um evento para todos os Comitês de
517 Bacia, hoje a aplicabilidade dos Planos de Bacia é muito baixa. Então nós temos
518 que aprimorar isso, não temos que somente fazer uma crítica sobre o modelo, nós
519 temos que ser propositivos. E nesse modelo propositivo é que o IGAM está aqui
520 hoje nessa proposta de remodelagem. E aí o conselheiro Sylvio fez algumas
521 considerações que são cabíveis de nivelarmos entendimento. Eu creio até que
522 estamos adiantando as discussões dos relatórios de vista para este momento, mas,
523 se der segurança aos conselheiros, eu acho que é favorável. O primeiro ponto é que
524 podemos olhar no processo SEI que foi disponibilizado aos senhores que não há
525 dez Circunscrições Hidrográficas. São 36 Circunscrições Hidrográficas no Anexo II,
526 que são uma réplica fidedigna hoje do anexo da DN 6/2012. Ou seja, mantemos a
527 nomenclatura, então não há qualquer tipo de inovação. Além disso, no Anexo I, nós
528 temos as UEGs que foram aprovadas pelos senhores, legitimamente, que houve um
529 vício de legalidade na reunião, que foi posteriormente mitigado, na reunião de
530 agosto, por meio de votação. Então o processo está hoje à luz da legalidade. E um
531 conceito muito interessante que o professor Sylvio fala é da DN 19, salvo engano, e
532 aí é muito bom esse conceito colocado, porque aí cabe uma leitura aos senhores.
533 ‘Considerando que, como forma de subsidiar tal diversidade, o CERH-MG
534 estabeleceu 36 Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos ou, como
535 a Constituição Mineira determina, 36 Circunscrições Hidrográficas, cujas unidades
536 correspondem aos limites dos atuais e futuros Comitês de Bacia.’ Então eu espero
537 que com isso esteja claro para os senhores. UEG não substitui UPGRH. A
538 terminologia UPGRH é substituída – e este Conselho já absorveu em norma, como
539 está na DN 19, mencionada pelo conselheiro Sylvio – como sendo análoga a
540 Circunscrições Hidrográficas, ao nível de territorialidade. As UEGs conflitam com as
541 UPGRHs simplesmente sobre a questão de critérios de instrumentos de gestão.
542 Esse foi o motivador, como foi muito bem apresentado na reunião passada: um dos
543 objetivos da instituição das UPGRHs, além de instituir Comitês de Bacia – que o
544 próprio Conselho já entende, posto em norma, que são territórios com as
545 Circunscrições –, as UPGRHs também eram território de aplicação dos instrumentos
546 de gestão, para elaboração do Plano Estadual, como foi colocado que o Plano
547 Estadual apresenta ‘n’ vezes o termo UPGRH. Claro, foi elaborado à luz dessa
548 legislação e não poderia, de forma alguma, conflitar com ela. Só que a evolução de
549 parte do que era UPGRH é a UEG hoje, no conceito da regionalização. É isso que
550 nós trazemos aqui. Mas a clareza que temos que colocar a todos – e isso já remete
551 a um parecer de vista que foi colocado – é que é um entendimento equivocado que
552 UEG substitui UPGRH. A substituição da terminologia UPGRH, não alterando
553 qualquer competência de atuação nesse território, qualquer atribuição das

554 instituições hoje já instituídas, é a terminologia Circunscrição Hidrográfica. Como a
555 conselheira Ivonice colocou na reunião passada, essa terminologia ‘Circunscrição’
556 é uma questão de base territorial até mesmo de atuação das Regionais da
557 Secretaria de Educação. Eu acho que estamos tendo alguns entendimentos que eu
558 não sei se a forma de apresentar, de falar, é que está deixando essa dúvida em
559 vários momentos. Isso nós já expusemos aqui. Mas foi muito bom o conselheiro
560 remeter à DN 19, porque ela traz essa clareza. E uma norma aprovada, que no
561 momento não está sendo alterada e que o Conselho já entende dessa forma. O
562 conceito ‘Circunscrições Hidrográficas’ é vinculado aos Comitês de Bacia em nível
563 de instituição de Comitês. É análogo à UPGRH em nível da territorialidade. Então
564 eu espero com isso deixar muito clara a segurança dos senhores neste processo. E
565 está muito claro na norma que não há qualquer redução de competência e de
566 atribuições. Um outro conceito que o conselheiro Sylvio colocou no seu relato para
567 justificar o pedido de retirada de pauta – e aí estou remetendo ao presidente, porque
568 é ele que vai tomar a decisão e fiquei muito claro – é a ausência de alguns territórios
569 hídricos no Estado. Perfeito, Itanhaém, Buranhém, entre outros. E aí eu coloquei,
570 na reunião passada, que está sendo elaborado, por exemplo, nos Planos do São
571 Mateus, do Mucuri e Bacias do Leste, um instrumento de planejamento, uma análise
572 do território, da participação, e que vai avaliar em qual Comitê de Bacia e a qual
573 Circunscrição Hidrográfica essas bacias vão pertencer. Então a legitimidade disso
574 eu creio que devia vir do Plano. É algo que o IGAM já contratou, está em
575 desenvolvimento e, salvo engano, será entregue no ano que vem. Essas normas
576 não são imutáveis, e a partir disso nós faremos as adequações, só que com um
577 olhar técnico para isso. Isso está sendo feito, respeitado o Plano de Bacia, como
578 será feito. Então não haverá perda, nós estamos evoluindo sobre os Planos que nós
579 temos hoje, sobre os territórios que nós temos hoje, sobre os Comitês que nós temos
580 hoje. As Circunscrições hoje estão alinhadas aos Comitês hoje instituídos. Então,
581 presidente, eu espero ter dado a clareza adequada para que o senhor tome a
582 decisão.” Conselheiro José de Castro Procópio: “Eu acho que o Frederico, de
583 Itabirito, esclareceu muito bem. Tem algumas coisas que não estão claras na DN, e
584 talvez os ruídos de comunicação começaram desde o início que surgiu a dúvida
585 junto ao Fórum. E o Fórum, como foi citado, me mandou uma mensagem aqui
586 solicitando direito de fala. Como foi citado pela diretora do IGAM, a Marília, pediria
587 a palavra. Mas nós deixamos claro também que não somos contra as mudanças da
588 UEG. O que agora no momento fazemos proposta no nosso parecer de vista, eu
589 gostaria de esclarecer que o nosso parecer de vista é favorável à mudança das
590 UEGs, nós não somos favoráveis ao artigo 4º e à retirada imediata. Na reunião
591 passada, o professor Sylvio tinha levantado algumas questões legais nessa
592 alteração sem o estudo sistemático de tudo que vai acontecer, que fica pendente
593 para solução a situação das UPGRHs no Plano Diretor. E aí fica confusa a questão
594 das UPGRHs como unidades de gestão e essa alteração, que eu estou achando
595 muito rápida, sem um aprofundamento do estudo. Então eu não vejo razão para
596 mexer nas DNs. É só não se falar da revogação das DNs, e essa proposta ser

597 apresentada, posteriormente, seja por DN do próprio IGAM, seja por outra forma
598 legal, mas que necessita uma revisão. Inclusive, tem uma coisa que se está
599 precisando de falar, que já é necessário se fazer a revisão do Plano Diretor de
600 Recursos Hídricos, que também já está com o tempo de vigência muito grande, não
601 traduz mais a realidade da bacia. Mas eu reforço agora o pedido do presidente do
602 Fórum Mineiro de Comitês para ter uma fala." Marília Carvalho de Melo/IGAM: "Eu
603 acho que várias das coisas que eu ia dizer o Thiago já falou. Eu queria só esclarecer
604 ao conselheiro Sylvio que eu não entrei em tema por tema das questões que ele
605 coloca porque este não é o momento. Eu não entrei em item por item que o
606 conselheiro Sylvio abordou no relato, na fala dele, porque este não é o momento.
607 Nós estamos discutindo se retira ou não de pauta, então meu objetivo foi trazer
608 alguns conhecimentos institucionais importantes nessa decisão. E dizer que, do
609 ponto de vista conceitual e de conteúdo, essa DN já foi aprovada nesta Câmara. O
610 que não foi aprovado nesta Câmara é a revogação das UPGRHs, e por isso que
611 retorna com esse substitutivo que foi proposto pelo IGAM. Mas eu queria também
612 mencionar aqui a clareza do conselheiro Frederico na colocação dele sobre talvez
613 a necessidade de se deixar mais claro na Deliberação Normativa para que não haja
614 dúvida sobre a intenção velada ou não do Estado de Minas Gerais em acabar com
615 os Comitês de Bacia Hidrográfica. Mas isso será discutido no horário oportuno. Eu
616 queria só referenciar." Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: "Eu estou extremamente
617 tranquilo, até porque eu já levantei esses problemas, e, se esses problemas não
618 forem solucionados aqui na Câmara Técnica de Planos, eles acabarão tendo que
619 ser solucionados ou na Câmara Técnica Institucional e Legal ou no Plenário do
620 Conselho Estadual. Eu acho que é nossa obrigação cuidar do Plano de Recursos
621 Hídricos do Estado de Minas Gerais. Da Câmara Técnica de Planos. Só no Volume
622 II, são 144 menções às UPGRHs, que vão terminar, e eu já externei isso, inclusive,
623 no Fórum Mineiro, que não vejo problema em terminar com as UPGRHs. Porque –
624 essa é uma visão minha, que externo publicamente, como sempre fiz – as UPGRHs
625 já cumpriram a sua finalidade, foram criadas para dar base para os Comitês, e os
626 Comitês foram criados sobre essa área. Então eu não vejo esse problema do final
627 das UPGRHs. Eu queria deixar bem claro isso para que não haja ruído de
628 comunicação. No entanto, a sua retirada implica em desdobramentos, por exemplo,
629 no Plano. Nos quatro volumes existem menções às UPGRHs, cada uma delas em
630 uma determinada situação. Algumas não têm efeito nenhum, são letra morta, mas
631 algumas têm desdobramentos quanto ao planejamento, quanto às execuções,
632 quanto aos objetivos do Plano. Então nós estamos afetando o Plano também. E para
633 isso nós temos que apresentar, tanto à Câmara Técnica Institucional e Legal quanto
634 ao Plenário, um estudo dizendo qual é o impacto disso no Plano. E nós não temos
635 esse estudo. E se nós temos esse estudo, se o IGAM já fez esse levantamento, não
636 chegou ao nosso conhecimento. Isso é obrigação desta Câmara Técnica, é a isso
637 que eu chamo, presidente Guilherme, à nossa responsabilidade. Veja bem, os itens
638 que eu apresento como solicitação de retirada são para aprofundamento dos
639 estudos e resolução dessas dúvidas, não estou pedindo retirada por qualquer outro

640 motivo a não ser aprofundamento dos estudos e resolução dessas dúvidas. Para
641 que nós não tenhamos nenhum tipo ruído de comunicação. E agora, Marília, eu vou
642 solicitar ao Guilherme que, por gentileza, coloque em tela o projeto do IGAM. Eu
643 retirei o documento do SEI para fazer as observações que fiz. Por gentileza, coloque
644 o Anexo II da minuta da diretriz normativa. Porque eu tenho certeza de que contei
645 dez no documento que tenho e não 36 Circunscrições Hidrográficas. Eu peço essa
646 gentileza.” Conselheiro Thiago Figueiredo Santana: “Aqui, conselheiros, eu estou no
647 processo SEI onde está a minuta proposta. Aqui tem uma inovação no
648 considerando. Aqui as inovações com os artigos 3º e 4º propostos, o Anexo I, que
649 traz as UEGs, onde nós temos as sete UEGs aprovadas por esta Câmara. E no
650 Anexo II as Circunscrições, que nós temos três no Paranaíba, oito Grande, duas no
651 Paraíba do Sul...” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Desculpe, Thiago, nós temos
652 realmente muitos ruídos de comunicação, mas, por gentileza, retorno à primeira
653 observação, primeira linha do Anexo II. ‘Circunscrições Hidrográficas. Bacia
654 Hidrográfica do Rio Paranaíba, subdividida em três bacia.’ A Circunscrição é do
655 Paranaíba, subdividida em bacias. E são dez, não 36. Pode estar até subdividida
656 em 36 bacias, mas Circunscrições são dez.” Conselheiro Thiago Figueiredo
657 Santana: “Conselheiro, se esse é o erro material que o senhor observa aqui, então
658 nós poderíamos ser até mais propositivos aqui e substituir essa terminologia ‘bacia’
659 por ‘Circunscrição Hidrográfica’. Esse é mero erro material, como diria na fala
660 jurídica. Isso é totalmente sanável aqui nesta discussão. Para essa relevância toda,
661 se esse erro material ocorreu e causou esse entendimento, sem prejuízo, nós
662 construímos isso agora nesta discussão. Basta o presidente decidir sobre a retirada
663 de pauta ou não, e nas discussões nos moldamos o projeto. O IGAM não colocará
664 objeção alguma sobre isso, essa é a manifestação do IGAM. Presidente, eu acho
665 que podemos seguir. Eu acho que já sanando essa situação, que deixou essa
666 fragilidade que o conselheiro colocou, já podemos ir para sua decisão sobre a
667 manutenção da discussão ou não, e podermos construir aqui, em conjunto, sem
668 prejuízo.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Com todas as falas e discussões,
669 eu entendo pela não retirada de pauta, pelo seguinte motivo. Essa discussão vem
670 sendo levantada desde o ano passado, sempre é o mesmo ponto. No meu
671 entendimento, já foi esclarecido isso diversas vezes. E eu solicito que todas as
672 observações levantadas aqui nessa discussão até agora, que esses pontos de
673 dúvida sejam colocados no relatório. E as discussões que estou vendo sempre
674 remetendo à legislação. Esse relatório vai ser encaminhado à CTIL, que vai ter mais
675 um ponto de discussão, e ao CERH. Eu entendo que aqui na nossa Câmara as
676 discussões já foram demasiadamente, sempre retornam ao mesmo ponto, que, no
677 meu entendimento, está claro. Então eu não vou retirar de pauta o item, e vamos
678 seguir aqui com a nossa reunião.” **Manifestações dos inscritos**. Manifestações dos
679 inscritos, registradas antes da votação do Substitutivo da Minuta de Deliberação
680 Normativa. Marcus Vinícius Polignano: “Primeiro, eu queria realmente colocar
681 algumas questões em função até da fala da Marília e que nós realmente, o tempo
682 todo, estivemos em uma conversação, que eu chamaria de construtivas. É preciso

referenciar, o Plano Diretor de Recursos Hídricos não coloca uma coisa versus a outra, nunca foi dessa forma, sempre foi uma tratativa de entendimento, de conciliação. Nos dois artigos postos aí, inicialmente, está claro que essas unidades eram unidades integradoras, para exatamente possibilitar a conversação entre os diversos Comitês e construir consensos e instrumentos comuns. Esse acordo foi feito, esse acordo foi preservado. Em fevereiro, nós passamos pela CTPLAN. Explicitamente, e no parecer está claro, nós não somos contra a questão da UEG. Nós achamos que a UEG pode ser uma estrutura que realmente fortaleça as relações até entre Comitês, mas ela não pode – até no contraponto um pouco do Thiago – ser a unidade que conflita até os ditames legais de quais são as competências dos Comitês. E o Comitê tem que ter uma circunscrição. A tratativa que fizemos foi realmente de criar – eu acho que até no artigo 2º está explícito – um instrumento que nos possibilite uma parceria com os Comitês. Então é um diálogo, uma possibilidade de conciliação, e nós entendemos isso até como avanço. O que é preciso deixar claro são as competências e as limitações. Então essa questão, quando vai para o parecer jurídico, eu quero botar uma situação de que um parecer jurídico em nenhum momento menciona essa questão da revogação das DNs. Ele é muito claro, eu li todo o parecer, ele não faz nenhuma menção a essas DNs que estão sendo colocadas para serem revogadas e muito claramente coloca: ou mantém ou retira simplesmente o trecho que fala da questão das disposições em contrário. Eu acho que o Fred falou bem, acho que vários falaram bem aqui, eu não acho que a proposta do Valter seja uma proposta ruim. Eu acho que havendo, na CTPLAN, o bom senso, nós podemos caminhar exatamente para que essas coisas fiquem absolutamente claras na DN e não permitam qualquer tipo de discurso que seja realmente contrário à intenção da criação da UEG. E por último eu queria dizer – e aproveitando a presença da Marília – que eu queria fazer uma agenda propositiva. Eu acho que o que nós estamos precisando é de um novo Plano Diretor de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais. Esse Plano já é absolutamente caduco, velho, não diz mais da situação hídrica do Estado. Então eu acho que – uma coisa propositiva também –nós não vamos resolver todos os problemas que temos – e temos vários, de gestão – e não dá para colocar também a responsabilidade toda em cima de questões ligadas aos Comitês. Porque nós temos uma discussão maior, e eu acho que, com a possibilidade de um novo Plano Diretor no ano que vem, temos a possibilidade de fazermos um novo alinhamento. Aí eu acho que seria estratégico e muito mais propositivo, muito mais com base científica, conceitual e política para avançarmos no sistema.” Nádia Rocha: “Eu vou tentar dizer aqui qual é a minha posição pessoal, que reflete, de certa forma, a posição do colegiado coordenador do Fórum Mineiro. Começando pelo final, do Polignano, eu acho que tudo isso que estamos discutindo esse tempo todo, nós temos participadoativamente do processo, inclusive, feito propostas, acordos. E, principalmente, temos que citar a reunião de fevereiro, quando fechamos um acordo com o IGAM, fechamos a proposta única. E ficamos surpresos que, quando na reunião da CTIL, essa proposta não foi levada em consideração e acabou que desaguou nas sete

726 UEGs. Mas de todo modo não foi por falta de o grupo coordenador procurar para
727 discutir, eu acho que houve uma discussão boa. Só que a discussão desandou em
728 um determinado momento, tomou outro rumo, sem o nosso conhecimento. De todo
729 modo, a fala final do Polignano com relação à questão do Plano Diretor eu acho que
730 é, de certa forma, o grande achado, eu acho que eles têm que propor essa discussão
731 daqui para frente. Como está sendo refeito nos Comitês, eu acho que o Plano Diretor
732 do Estado de Minas Gerais tem que ser refeito e aí, sim, eu acho que tem que prestar
733 muita atenção na contribuição da base dos Comitês de Bacia. Isso que é essencial.
734 E nos preocupa, eminentemente, no Fórum e nos preocupa no colegiado
735 coordenador que essa discussão não seja com a presença do IGAM levada à base
736 dos Comitês de Bacia. Mas, enfim, a discussão foi boa. Eu acho que os dois artigos
737 que estão incluindo, de certa forma, melhoram a posição, melhoram a postura,
738 melhoram a proposta feita pela Fiemp e pela Secretaria de Educação. Mas eu acho
739 que essa questão tem que ser ainda mais discutida, eu acho que temos que voltar
740 essa discussão.” Altino Rodrigues Neto: “Eu entendo que praticamente tudo que eu
741 falar aqui agora vai ser redundante, porque essa discussão já parte desde às 9h da
742 manhã e eu entendo que as contribuições foram muitas e talvez fosse tanto
743 desnecessário chegarmos a esse ponto se o maior nível de comunicação e
744 interação tivesse sido promovido desde o início. Já é consenso que as UEGs são
745 necessárias para que avancemos, para que realmente implementemos os
746 instrumentos de gestão de maneira regionalizada. Eu entendi a proposta desde o
747 primeiro momento. Eu acho que a maneira que foi conduzida é que foi um tanto
748 conflituosa e talvez pudesse ter tido outro encaminhamento para evoluir nisso.
749 Dentro da própria proposta que está sendo apresentada, o Poligano fez um
750 comentário com relação a se rever tudo isso que está sendo posto. E quando eu
751 digo ‘rever’, é rever o próprio Plano Estadual de Recursos Hídricos. Eu acho que
752 essa proposta dele é interessante porque o nosso momento é outro. Desde a
753 criação, da elaboração desse Plano, nós já entendemos que uma série de
754 momentos diferentes se apresentaram com as próprias crises hídricas a partir de
755 então, as demandas e as condições econômicas foram totalmente alteradas nesse
756 período. Hoje nós entendemos que determinadas regiões têm novas vocações, e o
757 Plano foi contemplado há dez anos. Então está na hora realmente de revermos isso
758 e talvez consigamos mitigar todas as questões que estão aí sendo postas. Eu vejo
759 que o IGAM tem feito um esforço muito grande para poder agilizar esse processo e
760 dar mais eficiência, mas vai para muito além disso, vai também para discussão com
761 os Comitês de Bacia. Nós somos entes do sistema, então eu acho que está faltando
762 conversar um pouquinho, buscar melhorar essa relação a um nível, digamos, até
763 mais amistoso e propositivo por parte dos Comitês e do próprio IGAM. Então fica
764 essa proposta. Essa emenda que foi colocada eu acho que atende primariamente.
765 Há o temor de perdermos representatividade, e com isso dá para evoluirmos nas
766 discussões. Mas, definitivamente, temos que rever essa questão do Plano Estadual,
767 pensar nisso mais adiante. Sabemos que o Estado tem limitações orçamentárias,
768 mas o Fhidro também tem os recursos que, no caso, poderiam ser usados para isso.

Mais uma vez eu volto a falar, precisa fortalecer o sistema, e uma maneira de fortalecer o sistema é fortalecer o IGAM, os Comitês de Bacia, dar o suporte necessário. Eu acho que, no momento, isso basta para um ponto de reflexão.” **4) APRESENTAÇÃO DA PORTARIA IGAM Nº 26, DE 5 DE JUNHO DE 2020, QUE INSTITUIU A COMISSÃO GESTORA LOCAL (CGL) NO ÂMBITO DO PROCESSO DE OUTORGA COLETIVA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS EM ÁREAS DECLARADAS DE CONFLITO PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS. RESPONSÁVEIS: DIRETORIA DE GESTÃO E APOIO AO SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS (DGAS) E DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E REGULAÇÃO (DPLR).** Item sobrestado.

5) ASSUNTOS GERAIS. Conselheiro José de Castro Procópio: “Eu acho que hoje foi uma vitória para a bacia, para o Estado. Precisamos discutir, precisamos melhorar a comunicação, esse que é o objetivo de todo esse trabalho, exatamente solucionar a questão da gestão de recursos hídricos. Então parabéns para todos nós, desculpem as garras afiadas de vez em quando, mas elas são necessárias para que as coisas cheguem a um bom caminho.” Conselheira Ivonice Maria da Rocha: “Eu quero dizer para esta equipe que hoje esteve aqui arduamente trabalhando, com as garras todas afiadas, mas em prol da natureza, em prol da água. Têm que estar assim mesmo, que a gente discuta no âmbito das ideias. Nós precisamos discutir, ter o embate positivo para chegar a um lugar bacana, bem positivo e construído com muita responsabilidade e seriedade como construímos hoje. E é por isso que eu quero dizer, muito obrigada e parabéns para essa equipe de hoje, ao Guilherme, pela sua condução, Procópio, Sylvio, todo mundo. Pelos movimentos que vocês fazem no nosso pensamento, quebram paradigmas, constroem, de imediato, novos paradigmas em relação a esse pensamento que está voltado para a natureza, os recursos hídricos, enfim, para a humanidade, porque é sobre isso que nós falamos. E o poder público, no ambiente do Estado, precisa ter esses lugares de diálogo, participação democrática. Também passa por aí, Procópio. Então você venha com todas as suas garras bem afilhadinhas, porque nós entendemos que você defende ideias, assim como nós também, porque é isso que faz o crescimento. Olha que lugar lindo a que nós chegamos. Partimos de uma oposição de ideias e chegamos a um lugar único da ideia. Quem é que ganhou com isso hoje?” Marília Carvalho de Melo/IGAM: “Eu queria só reforçar o que outros que me antecederam já falaram, que foi um momento de uma construção clara, democrática, aberta, para chegarmos a uma boa solução para continuar construindo o fortalecimento desse sistema no Estado. Então eu queria parabenizar você, Guilherme, pela condução e todos que ajudaram a construir essa deliberação que hoje é aprovada pela CTPLAN e vai tramitar ainda nas outras instâncias deste Conselho.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Eu também gostaria de agradecer a todos. Eu aprendi com o Sylvio no Grupo de Trabalho de Áreas de Restrição, e hoje ele ficou querendo cortar a discussão e ir para as propostas em vez de criar o consenso, algo que eu aprendi com ele. Eu estava achando que estava conduzindo como um bom aluno, mas vou ter que aprender muito ainda.

812 Então eu queria agradecer a todos. Obrigado pela participação.” Conselheiro Sylvio
813 Luiz Andreozzi: “Só lembrado que temos reunião, amanhã, do Grupo de Trabalho e
814 que temos que terminar esse trabalho.” **6) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros
815 assuntos a serem tratados, o presidente Guilherme da Silva Oliveira declarou
816 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.
817

818

819 **APROVAÇÃO DA ATA**

820

821

822 **Thiago Santana Figueiredo**
823 **Presidente Suplente da Câmara Técnica Especializada de Planejamento**